

Trabalhadores da Moveaveiro manifestam-se quarta-feira

11-Fev-2008

CONDENAR A PRIVATIZAÇÃO, EXIGIR O ACORDO DE EMPRESA

Com concentração marcada para as 16 horas, no Largo da Estação, os trabalhadores deslocam-se depois para o Centro de Congressos, onde pretendem manifestar oposição à privatização da Moveaveiro, reclamar o reinício efectivo das negociações para o Acordo de Empresa e exigir o pagamento do seu salário em dia certo.

O Sindicato iniciou hoje a distribuição de um comunicado aos utentes da Moveaveiro e à população aveirense em geral, no qual agradece a «compreensão e a solidariedade manifestadas durante os períodos de greve do passado mês de Janeiro, cuja realização foi da inteira responsabilidade do Conselho de Administração da empresa».

Não à privatização

O combate à privatização da empresa municipal de mobilidade faz agora também parte dos objectivos da luta dos trabalhadores, face às intenções já anunciadas pelo conselho de administração, que no comunicado distribuído à população consideram tratar-se de uma opção que «desresponsabiliza a Câmara Municipal dos seus deveres sociais e é o caminho para a destruição da empresa».

Passes mais caros, serviço de pior qualidade e eliminação de muitas carreiras «por não serem lucrativas», são os resultados previstos pelo STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

Assumir compromissos

Sobre o reinício das negociações para o Acordo de Empresa, motivo que esteve na origem das greves de Janeiro e tem novos períodos agendados, de 25 a 29 de Fevereiro e de 3 a 7 de Março, à primeira hora e meia de cada jornada de trabalho, o Sindicato considera inadmissível que o Conselho de Administração apenas tenha agendado uma reunião para a véspera da manifestação.

O STAL fez já chegar ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e ao Conselho de Administração da empresa a posição sobre o documento que foi apresentado como «contraproposta» ao Acordo de Empresa, repudiando a tentativa de se alterarem diversas matérias que foram já objecto de negociação e acordo entre as equipas de negociação.

A missiva enviada lembra detalhadamente o método de trabalho adoptado com a equipa negocial indicada pela Moveaveiro (Isabel Figueiredo, jurista da autarquia e Miguel Caeiro, Director Geral da empresa): que passava pela negociação, com base na boa-fé entre as partes, cláusula a cláusula, ficando a jurista da autarquia responsável por assinalar no documento base as matérias que mereciam acordo directo, as que eram acordadas com alterações e aquelas que ficavam dependentes de negociação directa com o Conselho de Administração, principalmente matérias com impacto económico.

O Sindicato considera inadmissível que o Conselho de Administração da Moveaveiro pretenda agora fazer tábua rasa de um processo negocial levado a cabo durante cerca de um ano e meio, lembra que a equipa negocial da Moveaveiro se apresentou no processo com plenos poderes negociais, de acordo com o Protocolo de Negociação assinado pelo próprio Presidente do Conselho de Administração, Pedro Ferreira, e exige que as negociações sejam reiniciadas com a assinatura da acta de consolidação das matérias já acordadas, devendo qualquer contraproposta do Conselho de Administração cingir-se às matérias com impacto económico que estavam assinaladas no documento final elaborado pela jurista da autarquia.

Greves até ao fim do ano

Na Moveaveiro e no Ministério do Trabalho deu entretanto entrada um novo aviso prévio de greve que prevê uma paralisação de 24 horas todos os meses, no período em que normalmente são pagos os salários aos trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados de Aveiro.

Os trabalhadores, na sua grande maioria requisitados à autarquia, contestam o sistemático atraso no pagamento dos salários (o salário de Dezembro foi pago no início de Janeiro e o de Janeiro no início de Fevereiro) e lembram que a sua economia familiar está organizada em função da data em que sempre receberam ordenado, normalmente entre os dias 20 e 21.

Por uma questão de justiça, mas também pelos graves reflexos que o sistemático atraso no pagamento dos salários acarreta, nomeadamente no pagamento de mensalidades fixas, de que são exemplo os créditos de habitação, os

trabalhadores exigem que seja fixado um dia para o pagamento mensal do seu salário, coincidente ou aproximado ao que é praticado na Câmara e nos Serviços Municipalizados de Aveiro.

Aveiro, 11 de Fevereiro de 2008

A Direcção Regional do STAL

Contacto: Jaime Ferreira – Coordenador da Direcção Regional de Aveiro: 912592291